

III-391 - PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA MACRORREGIÃO NORDESTE: DESAFIOS POLÍTICOS E INSTITUCIONAIS DA GESTÃO PLANEJADA DOS SERVIÇOS

Maynara Eloíse da Silva Rocha⁽¹⁾

Engenheira Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bacharel em Ciências e Tecnologia com ênfase em Meio Ambiente pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Djalma Mariz Medeiros⁽²⁾

Engenheiro Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Engenharia Sanitária pela Universidade Politécnica de Madrid (UPM). Doutor em Engenharia Sanitária pela UPM.

Endereço⁽¹⁾: Rua Teatrólogo Meira Pires, 1991 – Capim Macio - Natal - RN - CEP: 59080-090 - Brasil - Tel: (84) 99818-4524 - e-mail: mrocha@incibra.com.br

RESUMO

Os Planos de Resíduos Sólidos em sua essência, devem ser elaborados ou concebidos e necessitam conjugar a visão de futuro dos Estados, Municípios e Microrregiões com um conhecimento técnico aprofundado do setor, bem como da influência que as características do território planejado e expectativas de cada população poderão exercer no desenvolvimento de cada pauta do conteúdo mínimo estabelecido na Lei que vem regendo o setor. Este estudo teve como principal objetivo quantificar e avaliar os Planos de Resíduos Sólidos já elaborados na Macrorregião Nordeste, com destaque especial aos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos, identificando os desafios de sua implantação sob o ponto de vista político e institucional que inibem a obtenção de recursos para o pleno desenvolvimento do setor. Os dados apresentados são provenientes de um banco de dados construído a partir do levantamento e consolidação de dados de diversas instituições de âmbito federal, estadual e intermunicipal. Foi observado que não é possível mensurar comparativamente quantitativos e Planos elaborados, sem que outras variáveis sejam verificadas, tais como a eficiência e eficácia dos recursos disponíveis aplicados em sua elaboração, exequibilidade da implantação, atendimento ao conteúdo mínimo estabelecido pela PNRS, entre outros. As constatações verificadas permitem concluir que a Macrorregião Nordeste tem avançado na gestão planejada dos resíduos sólidos, o que possibilitará ascender recursos disponíveis, assemelhando-se às potencialidades da Macrorregião Sul, região com melhores índices de atendimento quantitativo, embora não tenha sido possível analisar a qualidade técnica do conteúdo dos Planos elaborados. Diversos fatores têm limitado a construção de panoramas que retratem veridicamente a situação dos resíduos sólidos no país, entre eles merece destaque a ausência de um sistema de informações e/ou um banco de dados que permita a consolidação de dados primários, bem como um banco de dados que permita a verificação da consolidação das ações presentes nos planejamentos para o setor. Portanto, é urgente e indispensável consolidação de um banco de dados a nível nacional capaz de abranger as informações referentes aos planos desenvolvidos no país, com o intuito de permitir a elaboração de panoramas nacionais e o acompanhamento da evolução das metas e ações planejadas nestes documentos por parte dos órgãos governamentais, instituições financiadoras e sociedade civil.

PALAVRAS-CHAVE: Planos de Resíduos Sólidos, Gestão, Desafios Políticos e Institucionais.

INTRODUÇÃO

Os Planos de Resíduos Sólidos (PRS), como instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos/PNRS (Lei nº 12.305/2010), têm por objetivo subsidiar o planejamento da gestão dos resíduos sólidos em todas as esferas de governo. A existência dos Planos é condição fundamental para Unidades Federativas e Municípios, tanto para acessarem os recursos da União, com vistas à aplicação em serviços e empreendimentos relacionados à gestão e à limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, quanto para serem beneficiadas por incentivos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

Contudo, ainda como instrumentos referenciados pela Lei, recebe destaque os Planos Microrregionais e Intermunicipais de Resíduos Sólidos (PIRS), uma vez que terão prioridade de acesso aos recursos os estados

que instaurarem microrregiões, na busca de integrar o planejamento e a execução de ações a cargo dos municípios partícipes.

Planos de Resíduos Sólidos em sua essência, devem ser elaborados ou concebidos e necessitam conjugar a visão de futuro dos Estados, Municípios e Microrregiões com um conhecimento técnico aprofundado do setor, bem como da influência que as características do território planejado e expectativas de cada população poderão exercer no desenvolvimento de cada pauta do conteúdo mínimo estabelecido na Lei que vem regendo o setor.

Assim, este estudo teve como principal objetivo quantificar e avaliar os Planos de Resíduos Sólidos já elaborados na Macrorregião Nordeste, com destaque especial aos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos, identificando os desafios de sua implantação sob o ponto de vista político e institucional que inibem a obtenção de recursos para o pleno desenvolvimento do setor.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para possibilitar o desenvolvimento das atividades deste trabalho foi realizado um levantamento de legislações específicas sobre o tema, bem como a análise de dados e informações contidos no banco de dados mantido por uma empresa de consultoria, construído a partir de levantamento de dados de diversas fontes e consolidados.

As informações disponibilizadas pela empresa foram obtidas por meio de pesquisa bibliográfica e documental, de levantamentos de dados junto aos órgãos com atuação no tema, tais como: Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministérios das Cidades (MCidades), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sites dos Consórcios Públicos, dentre outras fontes. Diante dos dados e informações disponibilizadas, os dados existentes sobre os Planos de Resíduos Sólidos na Macrorregião Nordeste foram sistematizados e analisados em seu conjunto, com a finalidade de identificar quais os desafios políticos e institucionais que interferem a gestão planejada dos serviços.

RESULTADOS

Nos termos da Lei nº 12.305/2010, a existência de Planos condiciona o acesso a recursos da União, ou aqueles por ela administrados. Em seu art. 14, define como sendo os PRS:

- Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
- Planos Estaduais de Resíduos Sólidos;
- Planos Microrregionais de Resíduos Sólidos e os Planos de Resíduos Sólidos de Regiões Metropolitanas ou Aglomerações Urbanas;
- Planos Intermunicipais de Resíduos Sólidos;
- Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; e
- Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Ressalta-se que este estudo não se ateve aos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, restringindo-se àqueles que devem ser elaborados pelos entes federados e consórcios públicos, com especial atenção aos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos (PERS).

Consoante com o abordado no Art. 16 da PNRS, a elaboração do PERS *é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.*

A Tabela 1 apresenta o levantamento dos PERS elaborados na Macrorregião Nordeste e da Macrorregião Sul, conforme dados disponibilizados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do site institucional, e provindos de consulta aos Estados.

Com base neste levantamento foi possível verificar que a Macrorregião Nordeste, composta por 9 Estados, já conta com 8 PERS elaborados entre os anos de 2010 e 2017, o que representa 88,9% de suas Unidades Federativas. Comparando a situação encontrada com a das demais macrorregiões do país no mesmo período,

observa-se que a Macrorregião Sul concluiu os PERS de todos os Estados no mesmo período analisado (100%).

Tabela 1: PERS elaborados nas Macrorregiões Nordeste e Sul

UF	Situação	Ano da Publicação	UF	Situação	Ano da Publicação
Nordeste			Sul		
AL	Elaborado	2016	PR	Elaborado	2013
BA	Em elaboração	-	RS	Elaborado	2014
PE	Elaborado	2012	SC	Elaborado	2012
PB*	Elaborado	2014			
RN	Elaborado	2012			
SE	Elaborado	2014			
CE	Elaborado	2015			
PI	Elaborado	2011			
MA	Elaborado	2012			
Total	8	-		3	-
Total (%)	88,9			100	-

Fonte: Ministério do Meio Ambiente (MMA). Disponível em: [//www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/instrumentos-da-politica-de-residuos/item/10611](http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/instrumentos-da-politica-de-residuos/item/10611). Acesso em: 02 out. 2017.

*Versão preliminar

No entanto, considerando que a Macrorregião Nordeste apresenta o triplo de Estados (9) quando comparado com aqueles da Macrorregião Sul (3), é possível ponderar que os esforços e desafios da Macrorregião Nordeste para possibilitar elaboração de seus PERS superaram aqueles apresentados pela Macrorregião Sul no quadro demonstrado em aproximadamente 55%.

Portanto, não se faz possível mensurar comparativamente quantitativos e PERS elaborados por Macrorregiões, sem que outras variáveis sejam verificadas, tais como a eficiência e eficácia dos recursos disponíveis aplicados em sua elaboração, exequibilidade da implantação, atendimento ao conteúdo mínimo estabelecido pela PNRS, dentre outros. Assim, avançando na análise aos PERS da Macrorregião Nordeste, é apresentado na Tabela 2 a fonte de recursos e o valor do repasse para a elaboração dos PERS de cada Estado da macrorregião em estudo.

Tabela 2: Fonte de recursos e valor do repasse para a elaboração dos PERS na Macrorregião Nordeste

UF	Fonte de Recursos	Valor do Repasse (R\$)	População Beneficiada (hab)	Órgão Responsável
Nordeste				
AL	Ministério do Meio Ambiente	1.170.000,00	3.340.932	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
BA	Ministério do Meio Ambiente	1.732.500,00	15.203.934	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
PE	Ministério do Meio Ambiente	1.286.100,00	9.345.173	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade
PB*	Ministério do Meio Ambiente	640.000,00	3.972.202	Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia
RN	Ministério do Meio Ambiente	1.440.000,00	3.442.175	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SE	-	-	-	-
CE	Ministério do Meio Ambiente	1.459.465,00	8.904.459	Secretaria de Meio Ambiente
PI	Ministério do Meio Ambiente	602.203,00	3.204.028	Secretaria das Cidades
MA	Recursos próprios	-	-	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Total	-	8.330.268,00	47.412.903	-

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/instrumentos-da-politica-de-residuos/item/10611>; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/viticultura-vinhos-e-derivados/anos-anteriores-1/politica-nacional-de-residuos-solidos-39.pdf>>

*Versão preliminar

Com exceção do Estado do Maranhão, que elaborou o PERS com recursos próprios, todos os demais estados da Macrorregião Nordeste tiveram seus PERS elaborados a partir de recursos repassados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), totalizando um valor de R\$ 8.330.268,00 investidos, beneficiando uma população de superior a 47 milhões de habitantes.

Ainda no âmbito Estadual do planejamento dos resíduos sólidos, os PERS devem compreender o conteúdo mínimo estabelecido pelo art. nº 17 da PNRS, destacando-se que esses também poderão optar por elaborar Planos Microrregionais de Resíduos Sólidos, voltado ou às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas, desde que haja a participação dos Municípios envolvidos sem que sejam excluídas ou substituídas quaisquer das prerrogativas a cargo dos municípios previstas na Lei.

A Tabela 3 apresenta uma avaliação dos PERS da Macrorregião Nordeste quanto o atendimento ao conteúdo mínimo estabelecido na Lei nº 12.305/2010.

Tabela 3: Atendimento ao conteúdo mínimo previsto na Lei 12.305/2010 para os PERS da Macrorregião Nordeste

Conteúdo Mínimo Estabelecido Por Lei	Nordeste								Atendimento
	AL	CE	MA	PB*	PE	PI	RN	SE	(%)
I. Diagnóstico, incluída a identificação dos principais fluxos de resíduos no estado e seus impactos socioeconômicos e ambientais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100
II. Proposição de cenários	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	87,5
III. Metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100
IV. Metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	50
V. Metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100
VI. Programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100
VII. Normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos do estado, para a obtenção de seu aval ou para o acesso de recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade estadual, quando destinados às ações e programas de interesse dos resíduos sólidos	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	12,5
VIII. Medidas para incentivar e viabilizar a gestão consorciada ou compartilhada dos resíduos sólidos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100
IX. Diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100
X. Normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos, respeitadas as disposições estabelecidas em âmbito nacional	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100

Conteúdo Mínimo Estabelecido Por Lei	Nordeste								Atendimento
	AL	CE	MA	PB*	PE	PI	RN	SE	(%)
XI. Previsão, em conformidade com os demais instrumentos de planejamento territorial, especialmente o zoneamento ecológico-econômico e o zoneamento costeiro, de: a) zonas favoráveis para a localização de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos; b) áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos a serem objeto de recuperação ambiental	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	37,5
XII. Meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito estadual, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100
Total de requisitos atendidos	11	10	10	9	10	8	9	12	-
Atendimento dos requisitos (%)	91,67	83,33	83,33	75	83,33	66,67	75	100	-

*Versão preliminar

Os resultados obtidos mostraram que apenas o PERS do Estado do Sergipe atendeu integralmente ao conteúdo mínimo, composto por doze itens, previsto em Lei. Em relação aos itens que tiveram o menor atendimento nos PERS, destacam-se os itens IV, VII e XI.

Todos os PERS apresentaram “*Metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada*” e “*Metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis*”, porém, para 50% destes, as metas não incluíram metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos.

Apenas 12% dos PERS atenderam ao item VII, que trata das “*normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos do estado, para a obtenção de seu aval ou para o acesso de recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade estadual, quando destinados às ações e programas de interesse dos resíduos sólidos*”.

Ainda conforme exposto na Tabela 3, somente 37,5% dos PERS contemplaram conteúdos relativos ao item XI, que trata da previsão de zonas favoráveis para a localização de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos, bem como áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos a serem objeto de recuperação ambiental.

Consiste em um dos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos o direito da sociedade à informação e ao controle social. Conforme definido pela PNRS, o controle social consiste um conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos.

O Decreto Federal nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, define em seu art. 6º que São instâncias e mecanismos de participação social: o conselho de políticas públicas, a comissão de políticas públicas, conferência nacional, ouvidoria pública federal, mesa de diálogo, fórum interconselhos, audiência pública, consulta pública e ambiente virtual de participação social.

Os PERS da Macrorregião Nordeste, de acordo com pesquisas realizadas, foram validados por meio de Audiências e Consultas Públicas, as quais contaram com a participação da população de seus respectivos Estados.

No que se refere a eficácia destes Planos, ainda que validados, estes necessitam serem aprovados por meio de lei específica, decreto, regulamento, resoluções ou outros instrumentos, em conformidade com o que foi apontado na legislação de organização administrativa dos entes federados. No entanto, com exceção do PERS do Estado do Pernambuco (aprovado pelo Decreto Estadual nº 38.483/2012), para os PERS elaborados na Macrorregião Nordeste, não foram localizados os instrumentos de aprovação, o que pode comprometer eficácia destes importantes instrumentos de desenvolvimento estadual.

Outro ponto que se destaca em PERS já elaborados é a adoção de dados secundários de fontes diversas e pouco comparáveis devido aos métodos adotados em suas estimativas para possibilitar a apresentação do retrato Estadual, que está implicado diretamente no modelo de gestão de resíduos sólidos adotados por seus municípios. Adotar dados extraídos de diferentes critérios pode resultar em distorções que prejudicarão a visão futura necessária ao planejamento governamental.

Assim, se faz necessário a consolidação de bancos de dados primários que tenham maior abrangência e periodicidade, que sejam fornecidos por técnicos capacitados dos estados, e que sejam avaliados estatisticamente e auditados, de forma a retratar, verdadeiramente, o panorama dos resíduos sólidos de modo a suprir as limitações de dados presentes em diagnósticos.

No que se refere ao âmbito municipal, os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) por regra devem estar em conformidade com o artigo nº 19 da PNRS, sendo esta a principal ferramenta dos municípios para possibilitar a gestão planejada dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos. O grande desafio da concepção desses Planos está no estabelecimento de uma complexa rede de medidas que exige o conhecimento mais aprofundado das realidades municipal e regional, na busca da atuação conjunta dos setores público e privado com a concepção de modelos para prestação dos serviços que possibilitem sua concretização.

Muitos municípios concentram quadros técnicos frágeis impactando no atendimento do conteúdo mínimo previsto em Lei. A fragilidade técnica institucional consolidada, tem exigido a contratação *ad hoc* para a elaboração de seus Planos, que embora possa apresentar proposta vantajosa ao município, não vivencia a comunidade e práticas locais, o que exige empenho extremo das equipes institucionais no acompanhamento do contratado, desde que, conheçam as internalidades e implicações de cada conteúdo exigido pela Lei.

Conforme dados publicados pelo Perfil dos Municípios Brasileiros - Munic (IBGE) em 2014 e 2018 (anos base 2013 e 2017), em 2013 na Macrorregião Nordeste, 428 municípios estavam com seus PMGIRS elaborados (23,9%), já no ano de 2017 esse número passou para 652 (36,3%), registrando o menor percentual de municípios com Planos elaborados em relação ao total de PMGIRS existentes no Brasil.

Realizando uma comparação com a situação da Macrorregião Sul, no mesmo ano, 640 municípios estavam com seus PMGIRS elaborados (53,7%), e no ano de 2017, o número de municípios com planos era de 940 (78,9%).

Embora o número de municípios da macrorregião Sul seja 33% menor (1.191 municípios) que o número de municípios da Macrorregião Nordeste (1.794 municípios) observa-se que a proporcionalidade de PMGIRS elaborados guarda semelhanças, o que poderia indicar que capacidades técnicas entre as duas Macrorregiões se assemelham em função dos esforços empreendidos para a amostra analisada.

Entretanto, assim como para os PERS, outros fatores devem ser considerados também nessa comparação que não somente a capacidade técnica dos municípios, a exemplo dos recursos econômicos e financeiros disponíveis empregados no processo de elaboração de PMGIRS, a quantidade de Planos elaborados por equipes dos próprios municípios ou contratados, o atendimento ao conteúdo mínimo estabelecido pela Lei, a factibilidade de sua implantação, dentre outras questões.

No que tange aos Planos de Resíduos Sólidos de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento e de Aglomerações Urbanas no Nordeste, do total de 30 Regiões Metropolitanas instituídas, observou-se que apenas a Região Metropolitana do Recife apresenta Plano de Resíduos Sólidos.

Tratando-se de soluções compartilhadas, a PNRS traz ainda em seu art. 45 que *os consórcios públicos constituídos, nos termos da Lei nº 11.107, de 2005, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.*

Para os municípios organizados em arranjos regionalizados formalizado por meio de consórcios públicos para gestão compartilhada de resíduos sólidos, a PNRS permite a possibilidade da elaboração de Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos (PIRS), dispensando-os da elaboração de seus PMGIRS, desde que os PIRS contemplem o conteúdo mínimo previsto em seu art. 19.

Conforme os dados disponíveis para pesquisa, foi possível verificar que a Macrorregião Nordeste apresenta atualmente 90 consórcios públicos constituídos, o que representa o maior número de consórcios com atuação em resíduos sólidos do país, abrangendo uma população de 26.268.628 habitantes (IBGE, 2015). Do total de consórcios públicos constituídos, apenas 11 possuem PIRS elaborados e com atuação na área de resíduos sólidos e saneamento básico (12%).

A análise crítica sobre a pequena parcela de PIRS elaborados na Macrorregião Nordeste permitiu verificar que muitos municípios podem estar impedidos de acessar recursos para a instituição de melhorias da infraestrutura urbana básica para os resíduos sólidos em seu território quando recursos próprios forem insuficientes. Isso porque a PNRS condicionou a elaboração de PIRS para o acesso aos recursos da União ou por ela controlados destinados a limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos.

Assim, embora os consórcios públicos tenham sido constituídos, a maior parcela deles ainda não conta com o instrumento que deveria nortear a tomada de decisão para o setor de resíduos sólidos e saneamento, na busca de proteger a saúde pública e o coletivo bem-estar social.

A PNRS estabeleceu também a possibilidade de se elaborar Planos Simplificados (com conteúdo simplificado) em municípios com menos de vinte mil habitantes, com vistas a compatibilizar políticas públicas nacionais já instituídas voltadas para municípios com essa característica. Conforme o § 3º do art. 19, Planos Simplificados não se aplicam a *Municípios integrantes de áreas de especial interesse turístico; inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; e cujo território abranja, total ou parcialmente, Unidades de Conservação.*

A partir das consolidações efetuadas, observou-se que dos 1.195 municípios com menos de 20 mil habitantes na Macrorregião Nordeste, 861 municípios (72,05%) estão sujeitos a elaboração de Planos Simplificados desde que estes não estejam localizados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades de significativo impacto ambiental. Este é um número bastante expressivo, tendo em vista que compreende 66,6% do total de municípios da Macrorregião.

No entanto, não foi possível discernir quais municípios se encontram em área de influência de empreendimentos de significativo impacto ambiental, uma vez que tanto os empreendimentos ou atividades consideradas de significativo impacto ambiental, quanto a área de influência de cada uma delas não é informada por órgãos responsáveis federais ou de controle das atividades.

Essa situação implica que, mesmo que o município conte com equipes técnicas capacitadas para a elaboração de planos nesses territórios, não há um cadastro disponível que apresente as situações requeridas, tornando-as

muitas vezes inaplicáveis, inviabilizando até a elaboração do Plano Simplificado diante das dificuldades encontradas.

Conforme retratado pelo Panorama dos Planos Municipais de Saneamento Básico no Brasil (BRASIL, 2017), do total de 1.794 municípios da Macrorregião Nordeste, 184 possuem PMSB (10%). Em 805 municípios os PMSB estão em fase de elaboração (46%), em 797 não foram encontradas informações (44%) e 8 municípios apresentaram inconsistências nos dados (0,5%). Cumpre ressaltar que os PMGIRS podem por força do instrumento legal, estarem inseridos nos PMSB. Considerando que a Lei de Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico (Lei nº 11.445) foi sancionada em 2007, onze anos depois (2018) apenas 10% dos Municípios avançaram na elaboração de PMSB, independente das sanções legais a que estão sujeitos e da necessidade de se prover diretrizes para serviços públicos essenciais em horizonte de vigência determinado pela Lei.

CONCLUSÕES

A gestão planejada em macrorregiões não pode ser avaliada pelo quantitativo de PERS já elaborados, uma vez que pouco representa a gestão plena dos resíduos sólidos, mas uma simples quantificação para efeitos de monitoramento da aptidão para o acesso aos recursos disponíveis da União, de efeitos essencialmente políticos.

As constatações verificadas permitem concluir que a Macrorregião Nordeste tem avançado na gestão planejada dos resíduos sólidos, o que possibilitará ascender recursos disponíveis, assemelhando-se às potencialidades da Macrorregião Sul, embora não tenha sido possível analisar a qualidade técnica do conteúdo dos Planos elaborados.

A não vinculação de Planos à ampliação das capacidades técnicas institucionais coloca em risco o próprio planejamento que poderá não ser incorporado pelas equipes locais para que possam implementá-lo.

Fragilidades técnicas são superadas pelas potencialidades de articulação política, o que pode incidir na existência de recursos e em sua incorreta aplicação, dificultando a mudança do quadro atual. Assim, a visão de futuro exigida considerando o horizonte de vigência dos Planos já elaborados ficará prejudicada e dificilmente conseguirá ser aplicada.

A gestão planejada somente poderá ser efetiva se a contabilidade de Planos de Resíduos Sólidos deixar de ser meramente numérica e passar a ser contabilizada pela aplicabilidade do modelo de gestão estabelecido, que em regra deve obedecer às diretrizes estaduais quando estas forem realmente aplicáveis em consideração as diferenças estruturais das Macrorregiões do país.

O sucesso dos Planos Intermunicipais de Resíduos Sólidos poderá ser alcançado se municípios em consórcios públicos mantiverem afinidade para com modelo de gestão adotado. As políticas de regionalização preconizadas pelo Governo Federal não estão ocorrendo conforme previsto. As ações intermunicipais são geradas por demandas e agrupamentos formados pelos próprios municípios, independentes das regiões estabelecidas nos PIRS.

Além disso, ao longo da elaboração deste estudo, foi possível verificar a ausência de um sistema de informações e/ou um banco de dados referente aos planos. Os planos analisados foram construídos com base em dados secundários de fontes diversas, e muitas destas não possibilitam a comparação por serem construídas com base em métodos distintos, o que pode comprometer a análise.

Portanto, se faz necessário a consolidação de um banco de dados a nível nacional capaz de abranger as informações referentes aos planos desenvolvidos no país, com o intuito de permitir a elaboração de panoramas nacionais e o acompanhamento da evolução das metas e ações planejadas nestes documentos por parte dos órgãos governamentais, instituições financiadoras e sociedade civil, tendo em vista que são instrumentos que norteiam a elaboração das políticas públicas do país para este setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALAGOAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Alagoas. Maceió: 2016. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/instrumentos-da-politica-de-residuos/item/10611>>.
2. BAHIA. Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.sedur.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=22>. Acesso em 29 ago. 2017.
3. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativa populacional em 2015. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_dou.shtm>.
4. BRASIL. Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 7 de abril de 2005. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111107.htm>.
5. BRASIL. Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 de agosto de 2010. Seção 1. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>>.
6. BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Panorama dos Planos Municipais de Saneamento Básico no Brasil. Brasília: 2017. 40 p.
7. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Planos Estaduais de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/instrumentos-da-politica-de-residuos/item/10611>. Acesso em: 02 out. 2017.
8. BRASIL. Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm>
9. CEARÁ. Secretaria do Meio Ambiente. Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Ceará. Fortaleza: 2015. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/instrumentos-da-politica-de-residuos/item/10611>>.
10. FORTALEZA. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Disponível em: https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/infocidade/plano_municipal_de_gesto_integrada_de_residuos_solidos_de_fortaleza.pdf. Acesso em: 06 set. 2017.
11. MARANHÃO. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Plano Estadual de Gestão dos Resíduos Sólidos do Maranhão. São Luís: 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/instrumentos-da-politica-de-residuos/item/10611>>.
12. PARAÍBA, Governo do Estado. Resíduos Sólidos. Disponível em: http://sudema.pb.gov.br/consultas/downloads/documentos-para-licenciamento/disposicao_final_de_restos_solidos-lixo_aterro_sanitario_.pdf/view. Acesso em 12 set. 2017.
13. PERNAMBUCO. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Plano Estadual de Resíduos Sólidos de Pernambuco. Recife: 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/instrumentos-da-politica-de-residuos/item/10611>>.
14. RIO GRANDE DO NORTE, Governo do Estado. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=50887&ACT=&PAGE=0&P_ARM=&LBL=Quadros+de+Lota%E7%E3o. Acesso em 15 set. 2017.
15. SERGIPE. Plano Estadual de Resíduos Sólidos de Sergipe. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80058/PERS/PERS%20SE%202014dez.pdf>. Acesso em 20 set. 2017.